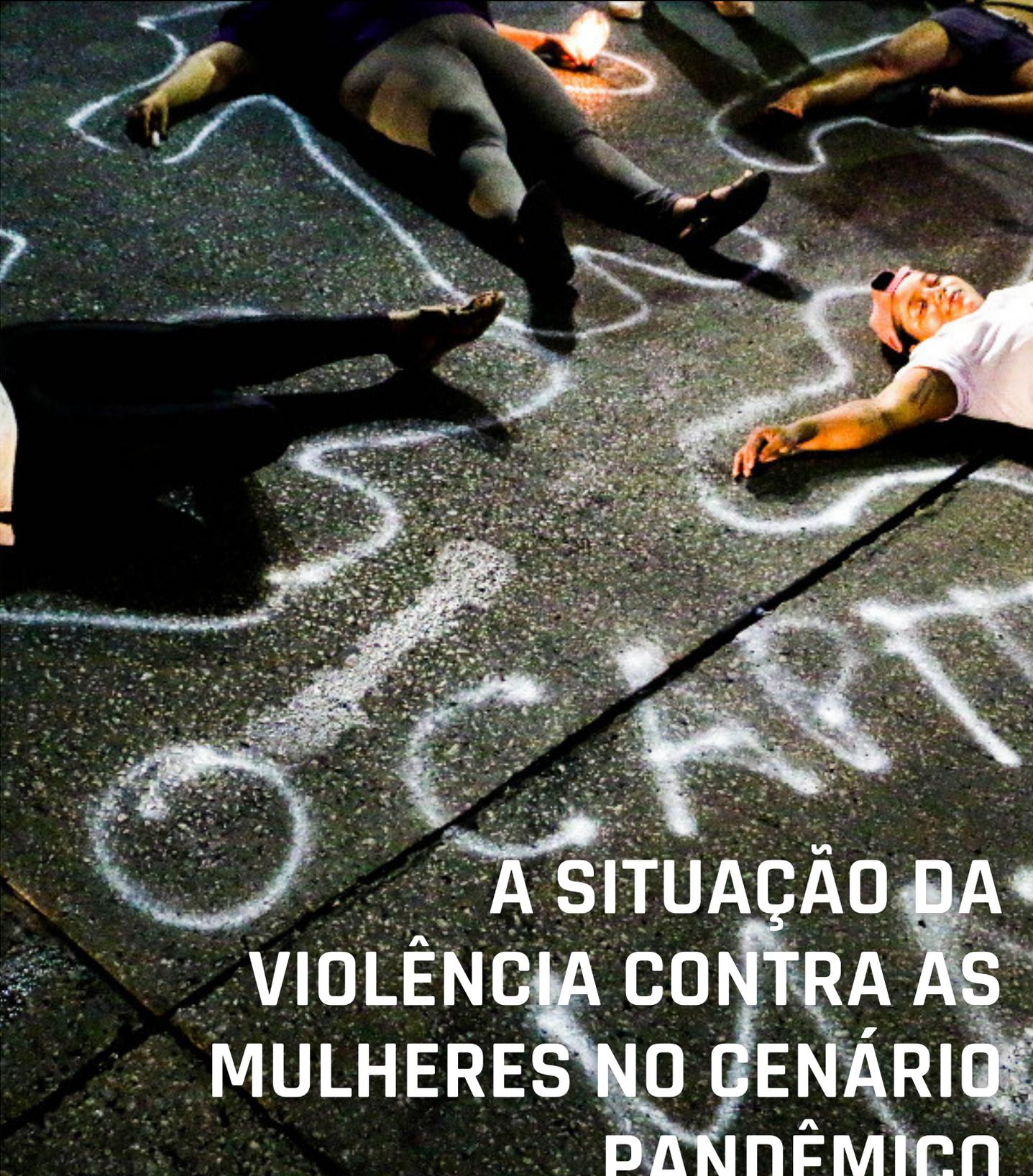


LEITURA CRÍTICA

2021 | LEITURA CRÍTICA A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CENÁRIO PANDÊMICO



**A SITUAÇÃO DA
VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES NO CENÁRIO
PANDÊMICO**

**NÃO É DE HOJE QUE O
ESTADO BRASILEIRO
ORA VEM SENDO
CÚMPLICE, ORA
AUTOR DE
VIOLÊNCIAS
DIVERSAS CONTRA
AS MULHERES. O
PATRIARCADO
RACISTA OPERA
SOBRE NÓS DE
FORMA VORAZ,
DOCILIZANDO
NOSSOS CORPOS,
DOMINANDO NOSSAS
MENTES E
CONTROLANDO
NOSSAS VIDAS.**



FOTO: ACERVO FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO

Eles se sentem legitimados, inclusive a decidir se continuamos vivas ou não. A legitimidade da violência contra nós, só encontra interdição diante do levante de nossas vozes organizadas e de nossos corpos a postos para a luta contra o sistema que nos oprime e nos mata. E os dados aqui apresentados vão demonstrar que esta violência atinge a todas, no entanto, se agrava com as desigualdades de classe, raça, geração e orientação sexual. Se agrava também de acordo com os contextos em que as mulheres estão inseridas.

Em agosto de 2021, a Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340/2006) completou 15 anos da sua promulgação, mas o contexto da violência contra as mulheres no Brasil tem sido de aumento dos casos nos últimos anos. O movimento feminista brasileiro tem denunciado e realizado ações permanentes contra esta situação. São ações de incidências junto ao legislativo, executivo e judiciário e também frente à sociedade.

DENUNCIAMOS QUE MUITAS DAS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS POR NÓS MULHERES CHEGAM AO SEU ÁPICE NO FEMINICÍDIO, SENDO O RESULTADO DA VIOLÊNCIA PATRIARCAL QUE OPRIME, EXPLORA E DOMINA, E QUE DEMONSTRA A CRUELDADE DAS RELAÇÕES DESIGUAIS E DE APROPRIAÇÃO SOBRE NÓS MULHERES. A NOSSA LUTA É PARA QUE NENHUMA MULHER SEJA VIOLENTADA, QUE NENHUMA MULHER SEJA MORTA.

Essa guerra que travamos pelas nossas vidas diariamente encontrou um novo cenário em 2020, com a chegada da pandemia da COVID-19 no Brasil. A crise sanitária agrava as crises política e econômica, tornando ainda mais difícil a vida das mulheres, sobretudo as negras e pobres.

Além de sermos a maioria entre aquelas pessoas que perderam os empregos e que estão em situação de extrema pobreza no país, também vivemos cotidianamente ameaçadas com o crescimento

dos números de violência doméstica, sexual e de feminicídio contra nós, mulheres cis e trans, negras, brancas, amarelas e indígenas da classe trabalhadora.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A PANDEMIA

Desde o ano de 2020 enfrentamos um dos piores cenários sociais, políticos e econômicos das últimas três décadas. A pandemia chegou no país e ajudou a concretizar um cenário de caos que já vinha se construindo desde o golpe de 2016, com o aprofundamento do projeto neoliberal, do avanço de setores conservadores e fundamentalistas em instituições públicas e no congresso nacional, bem como o aumento da violência em diferentes dimensões na vida das mulheres.

As mulheres foram obrigadas a ficar em casa para se proteger da contaminação pelo novo coronavírus e encontramos no confinamento a epidemia da violência doméstica. Em todo o país, a falta de uma gestão efetiva para conter o avanço da COVID-19 obrigou as mulheres ao isolamento, uma vez que o distanciamento social foi uma das primeiras medidas recomendadas pelos órgãos sanitários internacionais para a prevenção ao vírus. Isso fez com que as mulheres e meninas fossem obrigadas a conviver compulsoriamente com seus agressores, sendo vítimas sistemáticas de violência.

Não só o fato em si do isolamento ocasionou o aumento das agressões e isso precisa ser evidenciado. Com a crise sanitária, a fome, a insegurança alimentar e o desemprego se tornaram aditivos para o aumento dos casos de violência doméstica. Há relatos de como o auxílio emergencial foi a causa de espancamentos e ameaças por parte de maridos,

companheiros e cônjuges que não aceitaram que as mulheres recebessem o dinheiro para a família e eles não. Situações como estas revelam como a escalada da violência doméstica e os casos de feminicídio estão diretamente ligados a contextos de vulnerabilização das mulheres e de reafirmação patriarcal de dominação dos homens.

Sem ter como se afastar de seus agressores durante a pandemia, sem ter o apoio das casas-abrigo ou de outros serviços de assistência social que acolhe mulheres em situação de violência, serviços esses que têm sofrido com os cortes de verbas nos orçamentos municipais, estaduais e com o represamento do orçamento federal através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, as mulheres encontraram dificuldades também para denunciar as agressões sofridas.

Seja pela convivência sistemática com seus agressores causada pelo confinamento, seja por dificuldades em acessar a internet, já que durante a pandemia os serviços passaram a atender apenas de maneira remota.

Dados divulgados pelo Fórum de Segurança Pública (2021) escancaram o risco iminente sob o qual estamos submetidas, quando 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de COVID-19.

NUMA SOCIEDADE PATRIARCAL, CAPITALISTA E RACISTA A VIOLÊNCIA É USADA COMO UM INSTRUMENTO DE CONTROLE E DOMINAÇÃO DE HOMENS SOBRE MULHERES, BRANCOS SOBRE NEGROS, RICOS SOBRE POBRES.

NO CASO DAS MULHERES, OS HOMENS UTILIZAM DA VIOLÊNCIA PARA ESTABELECEM O SEU DOMÍNIO SOBRE NOSSOS CORPOS, NOSSA SEXUALIDADE E NOSSA EXISTÊNCIA. NÃO É À TOA QUE 5 EM CADA 10 BRASILEIROS (51,1%) RELATARAM TER VISTO UMA MULHER SOFRER ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA NO SEU BAIRRO OU COMUNIDADE AO LONGO DOS ÚLTIMOS 12 MESES (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

NO CONTEXTO DE UM PAÍS DOMINADO PELA ONDA BOLSONARISTA QUE DISSEMINA A CULTURA DO ÓDIO SOBRE TODOS AQUELES QUE NÃO SEJAM O HOMEM, BRANCO, HETEROSSEXUAL, CISGÊNERO E CAPITALISTA, VIVEMOS, ENQUANTO MULHERES, EM CONSTANTE AMEAÇA AOS NOSSOS DIREITOS HUMANOS E COM O CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA SEXISTA QUE NÃO ACEITA AS NOSSAS ESCOLHAS, NOSSA AUTONOMIA, NOSSA EXISTÊNCIA FORA DA PRISÃO E SUBSERVIÊNCIA IMPOSTAS PELO PATRIARCADO.

O FEMINISMO SEMPRE DENUNCIOU: A CASA NÃO É UM LUGAR SEGURO PARA AS MULHERES!

Nesse país nós não estamos seguras nem mesmo dentro de nossas casas. Em 2020, 48,8% das mulheres vítimas de violência relataram que as agressões mais graves ocorrem dentro de casa, um número que vem crescendo nos últimos anos.

**NIEM PENSE
ME MATAR**

A proximidade da casa com a violência é constatada também pelos números que se referem ao perfil dos agressores. De acordo com dados do Fórum de Segurança Pública (2021), 72,8% dos autores das violências sofridas são conhecidos das mulheres. Há aqueles com quem muitas dividem a casa e a vida cotidiana: 25,4% são cônjuges, companheiros ou namorados. Aqueles que não estão mais em uma relação afetiva-sexual com as vítimas, ex-cônjuges, ex-companheiros e ex-namorados representam 18,1% dos agressores nestes casos.

Há ainda o registro de violência familiar, onde as pessoas agressoras são de outros graus de parentesco: 11,2% são pais e mães; 4,9% são padrastos e madrastas; e 4,4% são filhos e filhas.

Com relação às mortes de mulheres no Brasil, 54% dos feminicídios e 24,8% das demais mortes violentas intencionais de mulheres acontecem também dentro das residências. Ou seja, as mulheres estão apanhando e morrendo pelas mãos de homens que mantinham ou já tinham mantido uma relação afetivo-conjugal. As mulheres estão sendo mortas por decidirem romper estes relacionamentos violentos, estão sendo mortas por homens que acreditam que nós, mulheres, somos sua propriedade e que não admitem lidar com nossa autonomia enquanto sujeitas.

Existe um gradiente de vulnerabilidade que cresce na medida em que nós interseccionamos em nossos corpos e experiências diferentes eixos de subordinação, como no caso das mulheres negras, transsexuais e travestis, lésbicas, bissexuais, periféricas, nordestinas, indígenas e mais.

Como diz Mércia Alves, integrante do SOS Corpo, feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco,

“O SISTEMA PATRIARCAL, COLONIAL E RACISTA, TEM NA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES UM DOS SEUS MECANISMOS DE CONTROLE, DOMINAÇÃO E SUBJUGAÇÃO ALIADA AOS ELEMENTOS DE CLASSE E RACIAL” (ALVES, 2020).

A convivência do governo brasileiro com a situação injusta sob a qual as mulheres estão submetidas é estarecedora, quando vemos a forma como o Estado em suas esferas federal, estadual e municipal enfraquece e se desresponsabiliza frente a Lei Maria da Penha. Em 2018, segundo dados do relatório da ONU Mulheres, 40% dos serviços já tinham sido fechados. De 256 Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM) existentes até 2016, apenas 228 estavam em funcionamento. Das 95 casas-abrigo restavam 58 e, das 504 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), restavam 449.

O cenário só piora quando lembramos que o número de Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher está estacionado em 138 e os serviços continuam concentrados nas capitais. Também temos vivido o fechamento de serviços em todo o país e a diminuição de recursos para o enfrentamento ao problema. Em 2020, além da alocação vergonhosa de R\$ 120,4 milhões, somente R\$ 35,4 milhões foram efetivamente gastos pelo Governo Federal para apoiar e fomentar a política em todo país (INESC, 2021).

ESTA SITUAÇÃO ESPELHA A PÉSSIMA QUALIDADE NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM PROFISSIONAIS QUE NÃO ESTÃO PREPARADOS PARA O ACOLHIMENTO E NO LUGAR DE CUIDAR E GARANTIR OS DIREITOS DAS MULHERES, REPRODUZEM E EMPREENDEM AINDA MAIS VIOLÊNCIAS.

O descrédito nos espaços de acolhimento institucionais somados a grande naturalização da violência contra as mulheres resultam no fato de que em 2020, 44,9% das mulheres não procuraram nenhuma tipo de ajuda em relação à agressão mais grave sofrida. Das mulheres que buscaram apoio frente à situação de violência, 21,6% procuraram ajuda da família; 12,8% procuraram ajuda dos amigos; e 8,2% procuraram a Igreja.

Apenas, 11,8% denunciaram em uma delegacia da mulher, 7,5% denunciaram em uma delegacia comum, 7,1% das mulheres procuraram a Polícia Militar (190), e 2,1% ligaram para a Central de Atendimento à Mulher, no Ligue 180 (Fórum de Segurança Pública, 2021).

Ainda de acordo com os dados Fórum Brasileiro de Segurança Pública, há também registros de violência contra mulheres que se aproximam da liberdade e do rompimento com o ciclo de violência. Mulheres separadas e divorciadas apresentaram níveis mais elevados de vitimização (35%) do que em comparação com casadas (16,8%), viúvas (17,1%) e solteiras (30,7%), o que se acentua com o aumento da gravidade/intensidade da violência física. Esse dado é extremamente preocupante para nós, pois, mostra que quanto mais as mulheres distanciam de relações que as colocam em risco de violência, mais elas também se aproximam da morte, refletindo a crença patriarcal que somos propriedade dos homens e que eles decidem sobre nossas vidas e nossa morte.

Esses números também falam da incapacidade do Estado em nos proteger e mais, da sua cumplicidade, quando não investe em políticas públicas efetivas de enfrentamento a violência, proteção das mulheres e desconstrução do ideário machista e patriarcal que nos move. Numa sociedade regida por homens,

o pacto masculino não passa de um grande acordo de cavalheiros onde as mulheres são moedas de troca, a serem descartadas em qualquer esquina. É preciso que nós ocupemos todos os espaços e façamos valer nossas vozes, nossas perspectivas e nossos projetos políticos para o mundo e para a libertação de nós mesmas.

FEMINICÍDIO, LESBOCÍDIO E TRANSFEMINICÍDIO NA PANDEMIA: MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS NA MIRA DO PATRIARCADO

A violência contra as mulheres têm o seu ápice no feminicídio, transfeminicídio e no lesbocídio. O ciclo da violência que começa a partir de uma série de violações em casa, na escola, nas instituições religiosas, no trabalho, com a negação de direitos e acolhimento, tem o seu ponto final com o assassinato das mulheres e a certeza da impunidade para os agressores.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), 81,5% dos casos de feminicídio e de mortes violentas intencionais de mulheres no Brasil em 2020 foram cometidos pelo companheiro ou ex-companheiro da mulher, sendo 61,8% das vítimas de feminicídio no Brasil e 71% das vítimas de demais mortes violentas intencionais, eram mulheres negras.

Os números evidenciam como o contexto político, social e econômico, aprofundou a precarização e vulnerabilidade da existência das mulheres negras, que seguem sistematicamente sendo as mulheres que mais morrem de feminicídio e transfeminicídio no Brasil.

Em relação às mulheres e meninas indígenas, as violências sofridas por elas - inclusive os feminicídios -, são totalmente invisíveis e subnotificadas.



FOTO: LAISE QUEIRO

Nos deparamos no mês de agosto com as mortes de Daiane Griá Sales (14 anos), no Rio Grande do Sul; Raíssa da Silva Cabreira (11 anos), no Mato Grosso do Sul; e Regiane Baré (16), no Amazonas, em que a visibilidade destes casos se deu novamente com apoio do movimento feminista. O feminicídio cometido contra estas três jovens meninas indígenas é alusivo aos dados oficiais divulgados, em que 12,4% das vítimas das demais mortes violentas intencionais de mulheres no Brasil são na faixa etária de 0 a 17 anos.

Os dados demonstram ainda que 80,5% das vítimas de feminicídio no Brasil e 73,5% das vítimas das demais mortes violentas intencionais de mulheres, estão na faixa etária de 18 a 49 anos. Os números apontados pelos levantamentos, bem como os recentes casos de violência contra meninas indígenas revelam como a epidemia da violência contra as mulheres têm chegado a um perfil cada vez mais jovem de mulheres que morrem por crimes de ódio.

As violências contra elas se expressam através do estupro cometido por homens da própria família ou que tenham algum grau de parentesco; vizinhos e conhecidos da família das vítimas, que tenham alguma relação de confiança.

Estes crimes levam ao silenciamento das vítimas com ameaças e até a morte, o que revela as dimensões cruéis do patriarcado e que estão relacionados às ideias de que o corpo destas jovens são públicos e passíveis de violação pela relação de autoridade masculina que os agressores têm com as mulheres.

As vítimas destes crimes são em sua grande maioria meninas negras, indígenas, pardas, em situação de vulnerabilidade por conta de suas condições de vida, geralmente moradoras de territórios e comunidades periféricas, seja no contexto urbano ou em cidades do interior do país.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MENINAS E JOVENS REFORÇA A CERTEZA DE QUE NUMA SOCIEDADE PATRIARCAL E RACISTA, ONDE SOMOS SUBJUGADAS DESDE A INFÂNCIA, NÃO EXISTE ESPAÇO SEGURO PARA NÓS.

Quando ampliamos a análise para alcançar a realidade de um espectro maior das experiências das mulheres, nos deparamos com a insuficiência e ou a inexistência de dados que notifiquem casos de transfeminicídios e lesbocídios, revelando a desimportância destes registros para as instituições públicas, uma vez que sequer são contabilizados e visibilizados.

Há uma imensa dificuldade em encontrar dados oficiais sistematizados e atualizados sobre violência contra mulheres lésbicas e lesbocídio, e o mesmo apagamento ocorre no registro de casos de violência contra pessoas trans e travestifobia e consequente transfeminicídios e travesticídios.

A violência lesbocída é uma das formas de violência doméstica que levam à feminicídios, mas a necessidade de especificar este tipo de crime como lesbocídio se dá pelas características com que estas mortes acontecem e que, apesar de acontecerem também dentro do ambiente doméstico, a sua grande maioria são registrados em lugares públicos, com os alçozes que variam de acordo com as motivações.

O conceito de lesbocídio tem sido empregado desde meados de 2018, a partir da pesquisa que resultou no Dossiê sobre Lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017, realizado pelo Grupo de Pesquisa Nós: dissidências feministas, ligado ao Núcleo de Inclusão Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os motivos que levaram à criação do dossiê e da pesquisa foram evidenciar o

sistemático apagamento e invisibilização da violência contra mulheres lésbicas e dar a devida atenção, problematizando os contextos e as especificidades em que as agressões cometidas contra estas mulheres acontecem no Brasil. O projeto de pesquisa “Lesbocídio - as histórias que ninguém conta”, surgiu depois do assassinato brutal de Luana Barbosa pela polícia militar de São Paulo, em 2016.

Luana era uma mulher lésbica não feminilizada e que foi espancada por policiais após se negar a ser revista por um policial homem em uma abordagem. O apagamento dessas histórias motivou pesquisadoras da UFRJ a começar o dossiê, com o objetivo de contar as histórias e especificar este tipo de crime, que é resultante do ódio patriarcal contra as mulheres que desafiam e ameaçam a masculinidade e a ordem heterossexual compulsória. Tanto o emprego do conceito de lesbocídio quanto da realização do dossiê, segundo as pesquisadoras, era de buscar “a motivação lesbofóbica dos assassinatos, do ódio às lésbicas [...]”, (FIRMINO, 2020).

Por isso, o termo lesbocídio é proposto, para apontar a especificidade deste tipo de assassinato já que uma das motivações liga a vivência da sexualidade destas mulheres à “repulsa e discriminação contra a existência lésbica” (FIRMINO, 2020). Entre os anos de 2000 a 2017, para evidenciar o que trazemos como análise, a pesquisa registrou a ocorrência de 180 homicídios de mulheres lésbicas.



FOTO: ACERVO FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO

Contudo, entre os anos de 2014 e 2017, houve um aumento vertiginoso de assassinatos de mulheres lésbicas, quando em 2014 foram identificados 30 casos e em 2017, 54 registros.

Há uma imensa dificuldade em encontrar dados oficiais sistematizados e atualizados sobre violência contra mulheres lésbicas e lesbocídio, e o mesmo apagamento ocorre no registro de casos de violência contra pessoas trans e travestifobia e consequente transfeminicídios e travesticídios.

Dos 126 assassinatos contabilizados naquele período, 82 ocorreram no interior dos estados. Em 70% dos casos de lesbocídio contra mulheres de até 24 anos foram cometidos por pessoas conhecidas das vítimas, sendo que 83% dos autores eram homens. 54% dos casos lesbocídio foram contra mulheres não-feminilizadas - aquelas mulheres que se afastam dos padrões de vestimenta construídos para se adequar a expressão do que é ser mulher numa sociedade patriarcal.

Dos 126 casos registrados pelo dossiê, 42% foram cometidos contra mulheres negras, o que mostra mais uma vez como a expressão da violência patriarcal está intimamente ligada à herança colonial racista.

Entretanto, os dados registrados no dossiê possivelmente estão subnotificados, uma vez que o levantamento se debruçou no mapeamento através do que foi divulgado pela mídia naquela época e além da invisibilização e tratamento errado por parte dos meios de comunicação, os dados divulgados pelos órgãos oficiais não recortam raça/cor, o que pode ter silenciado a mortes de mulheres negras e indígenas.

HÁ NENHUMA OU QUASE NENHUMA DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTES DE LÉSBICAS NOS ÚLTIMOS ANOS POR PARTE DE FONTES OFICIAIS.

Em 2020, de acordo com o Grupo Gay da Bahia, apenas 10 mulheres lésbicas foram assassinadas no país, número que nem de longe representa uma diminuição da violência contra nós, mas revela como nossas existências são descartáveis pelo sistema patriarcal necropolítico em curso.

Da mesma forma, a subnotificação é um agravante para o registro de transfeminicídio, já que em alguns casos, as investigações ainda seguem a linha do homicídio, sem especificar gênero ou identidade de gênero das vítimas. O que também impede a visibilização dos crimes de ódio contra travestis e mulheres trans é a não elucidação dos motivos que levam aos assassinatos.

Os dados que são de conhecimento público, são resultado de levantamentos e monitoramento realizados por organizações da sociedade civil, especificamente do movimento LGBTQIA+. Mesmo assim, há uma disparidade nos registros, o que mostra como a situação das travestis e mulheres trans, está disposta em um vácuo de incertezas e aniquilamento de suas existências.

Segundo o levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia, em parceria com a organização Acontece Arte e Política LGBTI+, em 2020, foram registradas 237 mortes violentas contra a comunidade, sendo 161 casos contra travestis e mulheres transexuais. Segundo o levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) no mesmo ano, foram registrados 175 casos de transfeminicídio e travesticídio. Nos registros do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a especificidade é ainda mais diluída. O dados divulgados expressam aumento nos registros de lesão corporal dolosa (20,9%), homicídio (24,7%) e estupro (20,5%) de LGBTQIA+.

TODAVIA, A DISPARIDADE NOS NÚMEROS ABSOLUTOS DE CASOS DOCUMENTADOS NO PAÍS SE DÁ PELA FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PERMITAM UM LEVANTAMENTO MAIS FIDEDIGNO, BEM COMO DEMONSTRA COMO O ESTADO BRASILEIRO, EM SUAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, NÃO TEM CONSIDERADO A MULTIPLICIDADE DE EXPRESSÕES DAS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES EM SEUS SISTEMAS DE REGISTRO OFICIAIS.

Mesmo com a dificuldade de acesso e invisibilização nos dados oficiais, os levantamentos realizados pelas organizações do movimento LGBTQIA+ confirmam a tendência obscura do Brasil figurar a liderança em crimes e mortes violentas contra travestis e mulheres trans há anos. De acordo com a ANTRA, o país está há uma década no topo do ranking de países mais violentos para a existência desta população. Em 2019, foram registrados 124 casos de transfeminicídio e travesticídio.

Já em 2020, o levantamento chegou a 175 casos em todo o país. No primeiro semestre deste ano de 2021 foram registrados 78 casos de assassinatos de travestis e mulheres transexuais entre os meses de janeiro a junho, o que ratifica a tendência de ascensão da violência contra as mulheres pelo projeto político bolsonarista.

A pandemia da COVID-19 também tem impactado a vida das mulheres trans, que têm sofrido violências domésticas, mas também nas ruas. Em Recife, o primeiro semestre deste ano foi um dos mais brutais, quando no intervalo de um mês, entre junho e julho, três casos de transfeminicídio foram registrados. Um dos crimes, a vítima foi assassinada em sua residência pelo próprio companheiro.



FOTO: LAISE QUEIROZ



FOTO: ACERVO FMPE

Nos outros dois casos o que chama atenção e acende o alerta para a sociedade é de como os agressores estão cada vez mais jovens, assim como as vítimas, evidenciando a deterioração do bem-estar social e a proteção da infância e juventudes pelo aprofundamento do autoritarismo patriarcal, das desigualdades sociais marcadas por raça e classe, bem como esfacelamento de políticas públicas como a educação.

O avanço do fundamentalismo conservador nas casas legislativas e a propagação do Projeto Escola sem Partido nos últimos anos, impulsionado pelo projeto bolsonarista reacionário, tem causado impactos na educação pública e também no aumento da violência como uma prática social. Segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS), divulgados em 2020, a cada uma hora uma pessoa é agredida devido sua orientação sexual ou identidade de gênero no país.

O caldo de cultura patriarcal sob o qual a violência contra as mulheres toma lugar, age de forma tal a penetrar a estrutura social e construir em nós subjetividades subjugadas que muitas vezes limitam nossa percepção, modelam nossa aceitação e dificultam nossa reação frente a violência sofrida, sendo difícil até mesmo perceber a violência como tal.

O projeto de dominação dos homens sobre nós, seria perfeito se não conseguíssemos construir entre nós estratégias de resistência coletiva e enfrentamento ao poderio masculino. É a partir desse lugar de enfrentamento e resistência, enquanto feministas que insurgimos cotidianamente contra todas as formas de violência e opressões que almejam nos aniquilar.

**CONTINUAMOS
VIGILANTES PARA
QUE AS MULHERES E
MENINAS
CONTINUEM VIVAS! E
TRAZEMOS AQUI A
INSÍGNIA DA
CAMPANHA
NACIONAL PELO FIM
DO FEMINICÍDIO: NEM
PENSE EM ME
MATAR! NEM PENSE
EM NOS MATAR!
QUEM MATA UMA
MULHER MATA TODA
A HUMANIDADE.**

REFERÊNCIAS

ALVES, Mércia M. Reflexões interseccionais e decoloniais à luz do feminismo negro sobre a violência contra as mulheres no contexto de crise econômica e pandêmica: desafios teóricos políticos para o Serviço Social. Anais I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais. Recife, 2020.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Ano 15. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras. em 2019/ Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs.) - São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna G. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras. em 2019/ Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs.). - São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

FERREIRA, Verônica; TEIXEIRA, Analba B. Por mim, por nós e pelas outras: mulheres resistindo à violência em diferentes contextos. Recife: SOS Corpo, 2010.

FIRMINO, Camila Rocha. “Os dados governamentais e a violência letal contra lésbicas no Brasil”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, e63222, 2020.

Fórum de Brasileiro de Segurança Pública. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil - 3ª Edição, 2021.

INESC. Um país sufocado: balanço do Orçamento Geral da União 2020. Brasília, 2021.

PERES, Milena Cristina Carneiro. Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017 / Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares, Maria Clara Dias. - Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

TEIXEIRA, Analba Brazão. Violência contra as mulheres. Recife: SOS Corpo, 2016.

TEIXEIRA, Analba Brazão; MATOS, Mylena Calasans. 15 anos da Lei Maria da Penha: Resistir para a Lei não definir. Recife: SOS Corpo, 2021. Acessado em: <https://soscopo.org/?p=14764>

Manifesto - A Raiz do Brasil é indígena - Articulação de Mulheres Brasileiras - Agosto de 2021. Acessado em: <https://ambfeminista.org.br/manifesto-a-raiz-do-brasil-e-indigena/>